

Reparações e restituições históricas no ensino de Histórias Indígenas

Historical reparations and restitutions in the teaching of Indigenous Histories

Ana Cristina Martinez ¹

¹ Doutoranda em História Global pela UFSC na linha pesquisa, História Indígena, Ethnohistória e Arqueologia. Mestra em Ensino de História pelo ProfHistória/UFSC (2022). Professora da Educação Básica em escolas públicas desde 2008. Pesquisa: Ensino de História e Cultura Indígena; História Indígena; Protagonismos Indígenas; Produções artísticas e acadêmicas Indígenas; Movimento Indígena & Mulheres Indígenas. E-mail: ana.martinez@posgrad.ufsc.br

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre os Protagonismos Indígenas e Ensino de História abrangendo Ensino de Histórias e Culturas Indígenas. Mostra as Produções Artísticas e Acadêmicas, e a partir dessas, as reflexões acerca das Retratações e Restituições Históricas das Histórias e Culturas Indígenas. Expõe pontualmente o campo do Ensino de História e da Historiografia sobre a temática Indígena e as mudanças de perspectivas a partir da década de 1990 e o marco legal da lei n. 11.645/2008 e as Diretrizes Operacionais. Essencialmente o modo como ocorre a prática da temática Indígena a partir da lei n. 11.645/2008, que precisa e deve ser a partir dos protagonismos indígenas do direito às demarcações de terras.

Palavras-chave: Ensino de História; Saberes e práticas no espaço escolar; Protagonismos Indígenas; Produções artísticas e acadêmicas indígenas; Reparação histórica.

ABSTRACT

This article presents reflections on Indigenous Protagonism and History Teaching, covering the Teaching of Indigenous Histories and Cultures. It shows Artistic and Academic Productions, and based on these, reflections on Portrayals and Historical Restitutions of Indigenous Histories and Cultures. It looks at the field of History Teaching and Historiography on Indigenous issues and the changes in perspectives since the 1990s and the legal framework of Law 11.645/2008 and the Operational Guidelines. Essentially, the way in which the practice of Indigenous issues takes place since Law 11.645/2008, which must and should be based on indigenous protagonism and the right to land demarcation.

Keywords: Teaching History. Indigenous Protagonisms. Indigenous artistic and academic productions. Historical remediation.

Ensino (d)e História e Histórias e Culturas Indígenas

Perante a Diretrizes e Base da Educação Brasileira - LDB, ensinar História e Cultura Indígena é trazer os protagonismos nas narrativas conforme apresenta as Diretrizes Operacionais de 2016² da lei n. 11645/2007, a questão que suscita é: como fazer? O Ensino de História é uma área de conhecimento autônoma que possui paralelo com as discussões historiográficas.³ Se na historiografia há lacunas temporais e a falta de protagonismo indígena em vários acontecimentos históricos, nas Histórias e Culturas Indígenas, na História do Brasil e na História da América, esses problemas também são observados no Ensino de História.⁴

Outra questão relevante referente aos protagonismos indígenas é compreender que os povos indígenas sempre foram protagonistas das suas histórias, vivências e no contato com a sociedade nacional.⁵ A falta de protagonismo é dentro da historiografia, sociologia, antropologia, educação e tantas outras áreas de conhecimento que historicamente negligenciaram a existência e a relação indígena. A partir da década de 1990 temos pesquisadores que se mobilizaram para mudança desse quadro ao apresentarem os protagonismos e as relações indígenas como

² A lei nº 11.645 foi promulgada em 2008, contudo as Diretrizes Operacionais foram concluídas em 2015 e divulgadas em 2016.

³ (BITTENCOURT, 2005).

⁴ (BITTENCOURT, 2005; WITTMANN, 2015).

⁵ GARFIELD, Seth (2021). **A invisibilidade indígena na historiografia brasileira.** [transcrição inédita] Conferência realizada na Mesa redonda "MR01: Indígenas na História do século XX e XXI: da invisibilidade à História "vista de dentro", no I Fórum Internacional Indígenas na História da UFMA (23 a 26 de novembro de 2021).

John Manuel Monteiro,⁶ Manuela Carneiro da Cunha,⁷ Maria Celestino de Almeida⁸ e Circe Maria Fernandes Bittencourt.⁹ A partir desses e outros pesquisadores na década de 1990 se delineia uma mudança no Ensino de História e na Historiografia, a partir das reflexões acerca das negligências dos indígenas e outros historicamente subalternizados, favorecendo o florescimento de pesquisadores e pesquisas com protagonismos indígenas.

Neste artigo serão apresentados três pontos de discussão sobre reparações e restituições históricas por meio da aproximação da perspectiva dos Povos Indígenas, articulado com as reflexões teóricas na área do Ensino de História e Cultura Indígena e Ensino de História e as produções artísticas e acadêmicas indígenas estudadas. Em cada reparação e ressignificação apresentada apresenta-se diferentes autores indígenas e áreas artísticas e acadêmicas sem pretender esgotar as possibilidades de interpretações e reflexões, mas sim, de propor uma obra aberta.¹⁰ Dialogamos com distintas áreas do conhecimento, não necessariamente na mesma reparação e ressignificação e não chegamos ao ponto de 'extrair' todos os temas possíveis e pormenorizar cada assunto. No entanto, pretende-se apresentar possibilidades de diálogo e convivência intercultural que tragam contribuição para as reflexões e práticas no Ensino de

⁶ Historiador que reformulou a historiografia brasileira no século XX, no seu livro *Negros da Terra* (1994), junto com outros especialistas, começa a ser traçado o campo da História Indígena e do Indigenismo.

⁷ Antropóloga referência nos estudos sobre etnologia e antropologia histórica. É reconhecida como uma importante intelectual e militante do direito dos povos indígenas.

⁸ Historiadora que atua na área da História Indígena e vem contribuindo com a perspectiva do protagonismo indígena na História.

⁹ Historiadora referência no Ensino de História e pioneira na abordagem da temática indígena no Ensino de História.

¹⁰ (ECO, 2015).

História e Ensino de História e Cultura Indígena.

Povos Originários, Povos Nativos e Povos Indígenas

“Não existem índios no Brasil”
Daniel Munduruku, 2016.

A nomeação, definição, categorização e catalogação são práticas comuns na nossa cultura ocidental, por conseguinte precisam ser problematizadas. Gersem Baniwa, em *Índio brasileiro*, problematiza as nomeações categóricas índio(s) e indígena(s). Sobre a categoria índio, Gersem Baniwa escreve:

Desde a primeira invasão de Cristóvão Colombo ao continente americano, há mais de 508 anos, a denominação de *índios* dada aos *habitantes nativos dessas terras* continua até os dias de hoje. Para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido *pejorativo*, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os *povos nativos* da região. Para eles, o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances.¹¹

Segundo o autor, foi a partir do surgimento do Movimento Indígena organizado em 1970 que as categorias genéricas, índios e indígenas, passaram a ser aceitos e promovidos pelos povos originários:

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena,

¹¹ LUCIANO, 2006, p. 30.

como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos.¹²

Os povos originários são dinâmicos, durante a Constituinte em 1987 a categoria índio foi amplamente utilizada e está presente na escrita da Constituição Federal, contudo, o termo passa a ser problematizado e o uso questionado pelos indígenas ativamente a partir da década de 1990. Daniel Munduruku publica *História de Índio* em 1997 e na introdução do livro, adverte: “O título do livro é uma provocação aos leitores, pois hoje em dia não se fala mais em “índio”, mas em “indígena”, uma palavra que significa “nativo” e é a melhor forma de se referir às pessoas que pertencem a um povo ancestral”.¹³ O equívoco ‘índio’ passa a ser recorrente nas retrativas dos indígenas sobre as suas histórias, Daniel Munduruku em *Os equívocos nossos de cada dia* (2021), comenta:

(...) por muitas gerações que sobreviveram à história dos vencedores, essa palavra [índio] *continua sendo um equívoco* que precisa ser extirpado da mentalidade nacional. Este *não é o único equívoco* que trazemos em nossa cabeça, mas certamente *é o mais nocivo*, sabe por quê? Porque *alimenta todos os outros*, ao conseguir se livrar deste modo genérico de referir-se aos povos indígenas a sociedade brasileira irá dar um passo enorme na sua capacidade *de conviver com a diferença* (grifos nossos).¹⁴

¹² LUCIANO, 2006, p. 30.

¹³ MUNDURUKU, 2016, p. 9.

¹⁴ Tr anscrição inédita. MUNDURUKU, Daniel. *Os equívocos nossos de cada dia*. Youtube (17 de abril de 2021).

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U69dBk2dRBk&t=448s>> Acesso em: 17 de abril de 2021.

Segundo Daniel Munduruku, o equívoco ‘índio’ é o que “alimenta todos os outros,” por isso, resolvemos começar as reflexões pela nomeação. Na palestra proferida na 32ª Bienal do Masp, Daniel Munduruku (2016, p. 2) comenta: “Não sei se vocês sabiam, mas é só uma mera coincidência chamar alguém de índio ou indígena. A palavra “índio” não tem significado específico em nenhum dicionário. Quando muito a definição afirma assim: “Relativo aos primeiros povos””. No *Vocabulario portuguez e latino*, de Raphael Bluteau, lançado no século XVIII, entre 1712 e 1728,¹⁵ apresenta a seguinte definição para a palavra ‘índio’:

Natural da India, *Indus*, i. *Mafe. Plin.* Também chamamos Indios aos povos da America. No Brasil dividem os Portuguezes os Barbaros, que vivem no Sertaõ em Indios mansos, & bravos. Indios mansos chamaõ aos que com algum modo de Republica (ainda, que polca) são mais trataveis, & capazes de instrução. Pello contrario chamaõ Indio bravos aos que pella sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admittem outras leys, que as que lhes dicta a sua fera natureza.¹⁶

Primeiramente, tomemos a primeira acepção do dicionário para a palavra índio, isto é, ‘natural da Índia’. Esse dado nos aponta para um acontecimento histórico, à invasão dos europeus em 1492 na Abya Yala, contando a história pela ótica dos ‘vencedores’, usando o termo que Daniel Munduruku utilizou na citação. Cristóvão Colombo queria chegar às Índias e acabou descobrindo para os europeus um novo continente. Nomeou os nativos daquele território de “índios” por achar que estava nas Índias, esse

¹⁵ É considerado a primeira edição de um dicionário para a Língua Portuguesa.

¹⁶ (BLUTEAU, 1712-1728, p. 100).

acontecimento ganhou forma de versos na poesia de Márcia Wayna Kambeba.¹⁷

“Não me chame
índio Porque esse
nome nuncame
pertenceu
Nem como
apelido eu
quero levar
O erro que Colombo cometeu”

O termo ‘índio’ é utilizado como nomeação a pessoas pertencentes aos povos originários, e nos versos de Márcia Kambeba percebemos outro uso, como apelido. Daniel Munduruku na palestra já referida comenta:

“Esse termo é um apelido. E vocês sabem que não existem apelidos positivos. Todo apelido é uma negação. E “apelido” é uma palavra que nega aquilo que uma pessoa, um grupo ou uma coisa é. Então, ao colocarmos um apelido em alguém, afirmamos o que a gente acha do outro. E normalmente agente acha que o outro é uma coisa ruim. Seja pela condição social, seja pela cor da pele, pela opção sexual ou pelo que for. Sempre vamos jogar no outro a visão que temos dele. As crianças, com quem eu converso muito, são ótimas em colocar apelidos e vocês sabem disso. Os apelidos delas são muito certos porque elas sabem machucar. E o apelido serve para isso, para machucar. Eu diria que, ao reforçar a palavra “índio” nas pessoas, estamos nos reportando também àquilo que pensamos desses grupos humanos a quem chamamos de índios.”¹⁸

Analisando as acepções seguintes do termo ‘índio’ do dicionário de

¹⁷ Estrofe retirada da poesia “Índio eu não sou”. (KAMBEBA, 2018, p. 27).

¹⁸ (MUNDURUKU, 2016, p. 02).

Bluteau, que descreve, “também chamamos Índios aos povos da América. No Brasil dividem os Portugueses os Bárbaros, que vivem no Sertão em Índios mansos e bravos”¹⁹, a referida descrição dicionarizada apresenta uma única narrativa, do europeu sobre os indígenas. E complementa a descrição sobre “índios mansos”: “Índios mansos chamam aos que com algum modo de República (ainda, que pouca) são mais tratáveis, capazes de instrução.”²⁰ Essa definição descreve ignorando a diversidade de grupos humanos que compartilham diversas línguas, histórias e culturas ancestrais. E a descrição continua sobre os ‘índios bravos’: “Pelo contrário, chamam Índio bravos aos que pela sua natural indocilidade, não tem forma alguma de governo, nem admitem outras leis, que as que lhes dita a sua fera natureza”,²¹ essa descrição nos permite entender o porquê dos povos indígenas problematizarem com veemência a categoria índio. Daniel Munduruku comenta como esse ‘apelido’ é compreendido por ele e por demais indígenas:

Quando ouvimos “índio”, normalmente temos duas posturas. A primeira postura é romântica, aquela ideia do bom selvagem de José de Alencar e companhia limitada: “Ah, o índio é bacaninha, vive lá no meio da floresta, é o nosso passado, gente boa, gente de bem, olha lá, não tem ganância, vive uma vida social muito tranquila, nem bebe Coca-Cola...”. Esse é o sonho de consumo de todo mundo, não é? Não a Coca-Cola, mas ser índio. E a escola reforça ou reforçou durante muito tempo essa visão, foi ela quem difundiu esse olhar romântico. Não à toa, a escola celebra com grande alegria o dia 19 de abril, que é o dia do...²²

Por meio da citação de Daniel Munduruku, chegamos à escola. Se o termo índio é ofensivo para muitos indígenas, então, como nomeá-los quando

¹⁹ *op. cit.*

²⁰ *op. cit.*

²¹ *op. cit.*

²² (MUNDURUKU, 2016, p. 02).

estamos ensinando sobre História e Cultura Indígena como panorama geral? As Diretrizes Operacionais fundamentam que para o reconhecimento do direito à diversidade como princípio constitucional é necessário que o “conhecimento, por meio de informações corretas e atualizadas, sobre os povos indígenas”²³, mesmo não apresentando explicitamente na redação, a nomeação é intrínseca quando estamos falando sobre “informações corretas e atualizadas”.

No mesmo dicionário de Bluteau, pesquisamos o termo indígena:

O contrario de Estrangeiro. Aquelle, que he natural da terra. *Indigena, e. Mafe. Ovid.Liv.* Derivase do Grego *Iudu, id e ft, In, & Geno, id e ft, Genero, ou Gigno, & affi* Indigena, val o mesmo, que *Genitus in coloco, ubi degit.* Todos confessão serem, estrangeiros, & não proprios *Indigenas, & naturaes* da terra. Barros, 3. Dec.129. col.2. O Gentio natural, & proprios *Indigenas* da terra, he aquelle povo, a que, chamamos Malabares. Decad.I.de Barros, pag. 182.col.1.²⁴

A primeira acepção do dicionário é: “contrário de estrangeiro”²⁵ e segue: “aquele que é natural da terra.”²⁶ Comparando as definições entre ‘índio’ e ‘indígena’ de Bluteau, podemos notar que o termo indígena carrega menos estereótipos. Sendo o termo preferível apontado por diversos indígenas quando estamos falando genericamente de todos os povos indígenas de Abya Ayala. Existem outras categorias genéricas que são amplamente usadas sem carregar tanto estereótipos como ‘originários’ e ‘nativos’. O escritor Olívio Jekupé, por exemplo, prefere o termo ‘nativo’ e nas redes sociais os termos mais recorrentes são ‘originários’ e ‘indígenas’. Salientamos que essas categorias não são sinônimas, pois acarretam acepções com ênfase distintas no discurso social,²⁷

²³ (BRASIL, MEC, 2016, p. 3).

²⁴ (BLUTEAU, 1712-1728, p.108).

²⁵ *op. cit.*

²⁶ *op. cit.*

²⁷ (DIJK, 2016).

quando nos referimos como ‘indígenas’ estamos mobilizando uma categoria antropológica de povos que existem em todas as regiões do mundo. Quando utilizamos ‘originário’ estamos enfatizando que os povos presentes, no qual seus antepassados deram origem ao território (hoje) nacional, são descendentes dos habitantes que estavam em toda a região anteriormente à invasão europeia. A categoria nativo também evoca a acepção de ‘nativos do território’, sendo portanto, os primeiros habitantes. Segundo Daniel Munduruku,²⁸ o termo ‘nativo’ pode trazer outra complexidade, pois é usada também para os nascidos não indígenas de determinado território, por exemplo, os nascidos no Brasil são brasileiros natos, quem nasce em uma determinada cidade é considerado ‘nativo’ daquele lugar. No entanto, a ambivalência diminui quando utilizamos a categoria ‘povo nativo’ ou ‘povos nativos’, tendendo a especificar os indígenas, mesmo dentro de uma formação formal que negligencia e apaga as Histórias e Culturas Indígenas, sabemos quem são as nações originárias, ou melhor, as nações nativas da Pindorama.²⁹

Ressaltamos que as categorias ‘indígenas’, ‘originários’ e ‘nativos’ são termos que devem ser usados quando estamos ensinando sobre a História e Cultura como panorama (ou história geral), e devemos ficar sempre atentos para não apagar as diversidades com uso de um termo genérico. Quando estivermos ensinando um povo específico, a poeta Márcia Kambeba versifica como deve ser a nomeação:

“Índio” eu não sou.
Sou Kambeba, sou
TembéSou
kokama, sou

²⁸ (MUNDURUKU, 2009).

²⁹ Pindorama significa “Terra das Palmeiras” usada por alguns povos indígenas, atualmente, é o termo ressignificado pelos indígenas para referenciar o Brasil.

Sataré Sou
Guarani, sou
ArawatéSou
tikuna, sou Suruí
Sou Tupinambá, sou
PataxóSou Terena,
sou Tukano Resisto
com raça e fé³⁰

O educador Paulo Freire, no contexto da alfabetização, postulava que uma pedagogia não apenas nomeia o mundo, mas também o transforma.³¹ Como disse Daniel Munduruku ao extirpar esse equívoco pela nomeação: “a sociedade brasileira irá dar um passo enorme na sua capacidade de conviver com a diferença.”³² Cabe ressaltar, que estamos propondo a reflexão sobre o uso de termos e conceitos mais vinculados às realidades do protagonismo indígena, para quando não indígenas estão se referindo aos indígenas. Aos indígenas cabem os usos que acharem mais apropriados, pois o poder de nomeação é deles.

Somos Diversidades-Diferenças

*“Um país que não valoriza sua origem
está condenado a ser submisso”
Aline Rochedo Pachamama, 2020a.*

Desde a invasão a partir de 1500, a falta do entendimento dos europeus sobre os Outros, os Povos Indígenas, além de suas culturas serem interpretadas e comparadas pelo viés do eurocentrismo, foram e ainda são para muitos,

³⁰ *op. cit.*

³¹ (FREIRE; MACEDO, 2013).

³² *op. cit.*

como sendo homogêneas, ou seja, todas são iguais. Até mesmo na lei 11.645/2008, traz na sua redação do texto as categorias no singular: “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”,³³ que poderiam estar no plural. Afinal, a importância e a necessidade da implantação da lei são justamente pelas negligências e apagamentos dos Afros-brasileiros e Indígenas na Educação. Não fica evidente, mesmo que a lei apresente no seu corpo, as expressões, “povos indígenas” e “negros”, pois na prática social e educacional ainda é forte a homogeneização dessas histórias e culturas. O termo utilizado, Afro-Brasileira e Indígena, pode ser entendido como aglutinador de multiplicidade, contudo, o plural é uma marcação linguística que conota a diversidade, para que resumir, sintetizar se podemos ampliar e complexar?

No decorrer dos séculos, tanto na literatura quanto em registros históricos, as narrativas generalizam a participação do originário como o “índio”, colaborando para afirmar a sua não contemporaneidade, como se fossem um todo homogêneo, iguais entre si e fazendo parte apenas do passado. As abordagens, feitas a partir desses materiais, levaram a concluir que os Povos Originários não fazem parte da sociedade e que essas relações só se deram na época da chegada dos colonizadores ao Brasil. Consolidou-se uma hierarquia científica no campo da História, atribuindo, direta ou indiretamente, aos Povos Originários, a invisibilidade e um lugar de inferioridade, passividade e exclusão [...].³⁴

Pensando nas questões indígenas, a homogeneização das suas culturas é uma retrativa histórica mencionada pelos próprios. É comum achar e ensinar que todos os indígenas moram na ‘oca’, na aldeia tem o ‘pajé’ e o ‘cacique’, e

³³ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

³⁴ (PACHAMAMA, 2020b, p. 136).

que a língua é o 'tupi'. Esquecemos de refletir e de apresentar nas aulas que são no mínimo, atualmente, 305 povos e 274 línguas indígenas distintas. Se trabalharmos com o tempo remoto, estamos ensinando uma diversidade ainda maior, cerca de 1000 Povos Indígenas de culturas e histórias diferentes, o que essas diversidades todas têm em comum: são originários desse território!

As Diretrizes Operacionais na quinta orientação menciona: "Reconhecer que os índios têm direito a manterem suas línguas, culturas, modos de ser e visões de mundo, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e que cabe ao Estado brasileiro, protegê-los e respeitá-los."³⁵ E complementa com a sexta orientação: "Reconhecer a mudança de paradigma com a Constituição de 1988, que estabeleceu o respeito à diferença cultural porque compreendeu o país como pluriétnico, composto por diferentes tradições e origens."³⁶

A partir do exposto nas referidas orientações das Diretrizes, como conhecer e refletir sobre o tamanho das diversidades Indígenas, se não conhecemos as realidades dos Povos Indígenas? Para conhecer precisamos nos aproximar e estabelecer relações de equidade, e para nós não indígenas, de aprendizado. Uma das tantas possibilidades de conhecer, refletir, aprender, ensinar e apresentar os Povos Indígenas para os educandos e sociedade em geral é por meio das produções fílmicas e, essencialmente, os filmes com direção indígena, por apresentar os protagonismos pela lente dos próprios indígenas. Os filmes produzidos por indígenas, proporcionam estéticas singulares e modos de narrar próprios de cada povo envolvido na constituição da narrativa fílmica: "Desse modo, sob o olhar daqueles que assistem essas produções operam pedagogias que colaboram para educar e para expandir formas de pensar a territorialidade, a pertença étnica, a espiritualidade, a

³⁵ (BRASIL, MEC, 2016, p. 9).

³⁶ (BRASIL, MEC, 2016, p. 9).

complexidade dos saberes do cotidiano indígena.”³⁷



Figura 1 - *MbyA Mirim*, 2013, Patrícia Ferreira Keretxu, Ariel Duarte Ortega.
Fonte: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/video.php?c=109>

A análise das produções dos cineastas Mbyá-Guarani concerne a um interesse em se dirigir a um lugar privilegiado de representação, pois, na maioria dos produtos culturais e artísticos que circulam na atualidade, as narrativas são construídas sobre os povos indígenas. Os filmes com direção indígena apresentam olhares de cineastas, “que manipulam as câmeras, definem os ângulos das tomadas, selecionam ambientes, travam conversas com pessoas das aldeias, colaboram na criação do roteiro, bem como na seleção e edição de imagens, na divulgação, entre outros aspectos.”³⁸

O filme, *MbyA Mirim* (2013), com direção de Patrícia Ferreira Keretxu e Ariel Duarte Ortega do Povo Guarani Mbyá apresenta que os espaços de viver

³⁷ (CACHOEIRA, BONIN, 2019, p. 19).

³⁸ (CACHOEIRA, BONIN, 2019, p. 22).

são dinâmicos e contextuais. Os protagonistas da narrativa, Palermo e Neneco, são duas crianças Guarani Mbya no Rio Grande do Sul, revelam em suas brincadeiras os problemas que passam à sociedade nacional, na relação desigual entre brancos e indígenas. Os acampamentos provisórios, a vivência depende de uma rede escassa de serviços de saúde e, de doações de alimentos, pois não há espaços para manutenção das formas próprias de organização produtiva. Mesmo assim, com toda a precariedade que marca essas formas de viver nesses espaços, apresenta maneiras e as relações de constituir e sustentar os sentidos de territorialidade pelos Guarani Mbyá.³⁹

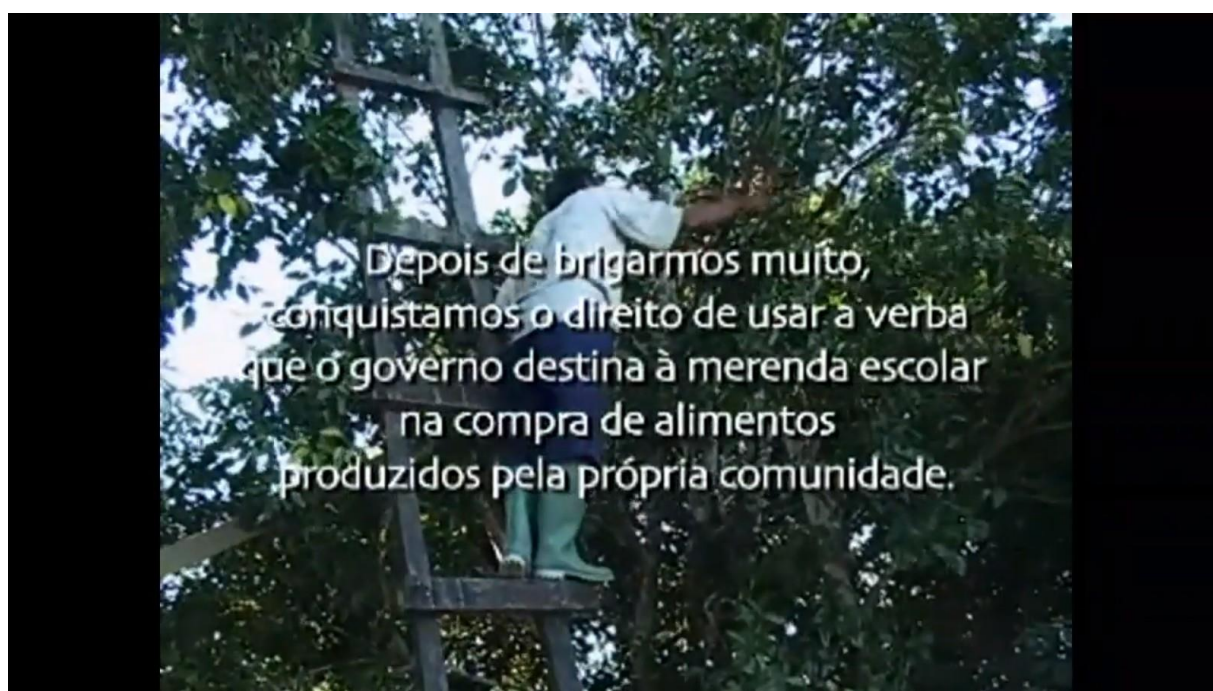


Figura 2 - A gente luta mas come fruta, 2006, Valdete Pinhanta, Isaac Pinhanta.
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=p-D6meHSFuI>

Em *A gente luta, mas come fruta*, de 2006, apresenta a vivência e experiência dos Ashaninka da aldeia Apiwtxa às margens do rio Amônia no Acre. O filme apresenta o trabalho e os desafios do Povo Ashaninka para

³⁹ *op, cit.*

recuperar os recursos da sua reserva e repovoar seus rios e suas matas com espécies nativas, ao mesmo tempo, em que mostra a luta e articulação contra os invasores, os madeireiros, que invadem, matam e exploram a área na fronteira com o Peru para destruir o seu território e todo o ecossistema em volta.



Figura 3 – P'ÏÑHITSI, Mulheres Xavante sem Nome, 2009, Tiago Campos Torres, Divino Tserewahú.

Fonte: <http://www.isuma.tv/video-nas-aldeias/mulheres-xavante-sem-nome-53-min-eng>

O pioneiro cineasta indígena, Divino Tserewahú, apresenta a tentativa de produzir um filme sobre o ritual de iniciação feminino, que já não se pratica em nenhuma outra aldeia Xavante, mas desde o começo das filmagens todas as tentativas foram interrompidas. Na narrativa fílmica, os jovens e os anciãos conversam sobre as dificuldades e resistências para a realização dessa festa.

Existem muitos outros cineastas indígenas e não indígenas que viabilizam e nos ajudam a conhecer e apresentar a diversidade-diferença indígena, e não somente os filmes, como todas as outras produções artísticas e

acadêmicas, ou até mais, juntamente conhecer aldeias e indígenas.⁴⁰ Na atualidade há uma imensa diversidade e diferente, e essa pluralidade é ainda maior se olharmos através do tempo histórico. É preciso que nosso cotidiano educacional seja permeado pelo que canta os Brô Mcs: “É preciso respeitar a diversidade cultural.”⁴¹

Sempre Estivemos Aqui

*“Num apagamento histórico ne perguntam
como é que eu cheguei aqui.*

A verdade é que eu sempre estive”

Kaê Guajajara, 2019.

O que é o Tempo? Essa pergunta já gerou inúmeras discussões acadêmicas, principalmente nas áreas da Física, Filosofia e História. Sem querer resumir e muito menos abranger toda a discussão de um tema relevante para as ciências e para os Povos Indígenas, tomemos como um ponto de partida a perspectiva do Tempo em relação com a História do historiador Marc Bloch, que postula: a História é a ciência dos homens no tempo, portanto uma perspectiva que é ocidental e eurocêntrica.⁴² Segundo Marc Bloch, definir a História como ‘ciência dos homens’ é vago, o pensamento humano do historiador está entrelaçado com a categoria da duração. Referente aos Povos Indígenas na historiografia ‘tradicional’ e nos livros didáticos, principalmente os anteriores à lei 11.645/2008, os indígenas estão presentes apenas num tempo histórico, o do passado. Comumente, na história do Brasil os povos indígenas

⁴⁰ (BRASIL, MEC, 2016).

⁴¹ “Terra Vermelha” · Brô MC's. Composição: Bruno Verón; Clemerson Batista. Relançado em 04 fev. 2022.

⁴² ““Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa “humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração” (BLOCH, 2001, p.55).

aparecem no início da 'Colonização', aparecem em alguns acontecimentos históricos durante o 'Brasil Colônia' e desaparecem. Em alguns poucos livros didáticos os povos indígenas ressurgem na discussão da Constituinte de 1987,⁴³ tendo como referência ao evento a figura de Ailton Krenak. O líder Ailton Krenak foi e é um grande articulador das causas indígenas, representando vários povos e lutas no seu discurso na Constituinte. Um ponto crucial que precisamos compreender e ensinar sobre o líder Ailton Krenak é vê-lo como representante de uma coletividade, unidos a ele estão os Povos Indígenas, não é uma liderança isolada e única.

Os efeitos de ensinar e pesquisar Povos Indígenas como seres dopassado, acarretam equívocos sobre a sociedade nacional, ensino de história, historiografia e tantos outros âmbitos e áreas do conhecimento, pois não estamos compreendendo, experienciando e vivendo como um todo. O outro efeito são os preconceitos sentidos e experienciados pelos indígenas, geralmente questionados: se existem mesmo? se são de outros países? se são indígenas de verdade? Colocar e compreender os Povos Indígenas no tempo: passado, presente e futuro, é uma reivindicação contumaz presente nas produções acadêmicas e artísticas indígenas. Conforme a quarta orientação das Diretrizes Operacionais, devemos: "Reconhecer a contribuição indígena para a história, cultura, onomástica, objetos, literatura, artes, culinária brasileira, permitindo a compreensão do quanto a cultura brasileira deve aos povos originários e o quanto eles *estão presentes* no modo de vida dos brasileiros."⁴⁴ Complementando a orientação, estão presentes no modo da vida e na vivência

⁴³ Pela minha experiência como estudante e como professora, geralmente não dá muito tempo de apresentar acontecimentos da 'História Contemporânea', devido o currículo seguir uma perspectiva linear do tempo. O tema da Constituinte é no quarto bimestre do 9º ano do fundamental e 3º ano do ensino médio, momento que os estudantes estão nos passeios de final de ano, em movimentos para a conclusão escolar dessas etapas.

⁴⁴ (BRASIL, MEC, 2016, p.09, grifos nossos).

dos brasileiros na contemporaneidade. Segundo Daniel Munduruku, quando os não indígenas ouvem a palavra ‘índio’ normalmente temos duas posturas, a romântica e a ideológica:

[...] Mas a pergunta que não quer calar é: que índio é esse? Qual é o índio que a gente celebra no dia 19 de abril? É o índio do nosso imaginário. Não é um índio real. Esse índio, que foi sendo tramado dentro da nossa formação, não existe. E aí entra a minha afirmação: eu não sou e não existo. Porque esse índio é um ser que foi sendo plantado na nossa história, e nós fomos sendo obrigados a tratá-lo como ser folclórico. Não olhamos para o indígena como um ser humano. Olhamos a partir desse olhar romantizado ou – e essa é a segunda postura – olhamos pelos olhos da ideologia que mora dentro da gente, quer queiramos ou não. Provavelmente, a maioria de vocês já ouviu a afirmativa de que índio é preguiçoso, certo? “Índio atrapalha o progresso, o desenvolvimento”. “Índio tem muita terra, pra que tanta terra pra esses índios?”. “Os índios são todos fajutos, não contribuem para o Brasil crescer”. Certamente vocês já ouviram algumas dessas coisas, que, aliás, estão na mídia direto, não é? Esse é o outro olhar, que também mora dentro da gente. Inclusive quando dizemos assim: “Ah, eu também sou índio, minha vó foi pega, ela era bugre legítima”. Já ouviram essa expressão? Isso mora dentro da gente, inclusive como justificativa, para pertencermos a essa ancestralidade. E esse é um pertencimento violento, inclusive. Quando as pessoas me chamam de índio, eu fico irritado. Não gosto, não. E não gosto porque não me identifico com aquilo que falam a meu respeito. Essa palavra define o que eu não sou. Ou reafirma uma visão romântica, ou uma visão ideológica. E nem uma nem outra diz o que eu sou. Pelo contrário.⁴⁵

É o ‘nosso passado’, nosso presente e o nosso futuro, os Povos

⁴⁵ (MUNDURUKU, 2016, p. 2).

Indígenas sempre estiveram em todos os tempos, só não estão ainda presentes no discurso historiográfico. Segundo os dados do IBGE (2010), há 305 povos indígenas e 817.963 mil indígenas em todo o território nacional. Estes dados escancaram a realidade negligenciada e de apagamento histórico que nos impulsionam a rever, pesquisar, ensinar e essencialmente aprender com os Povos Indígenas. A música “Território Ancestral”⁴⁶ de Kaê Guajajara, sendo o trecho escolhido para a epígrafe deste subcapítulo, nos faz refletir sobre o Ensino de História e Cultura Indígena e a dinâmica do tempo e História Indígena ao cantar:

“Alô mãe, canta que o corpo *transpassa o tempo*
E nos faz *resistir*
Deixei meu cocar no
quadro Retrato
falado, *escrevo daqui*
Num *apagamento*
histórico
Me perguntam como é que eu
cheguei aqui A verdade que eu sempre
estive
A verdade que eu sempre estive.”⁴⁷

A música de Kaê Guajajara nos desvela o tempo presente “escrevo daqui” que pode também tomar o sentido: ‘estou aqui na atualidade’ e, no verso seguinte, explicita o motivo e a necessidade de pontuar a duração: devido ao “apagamento histórico.” A consequência da negligência e do apagamento histórico acaba por gerar o questionamento da sociedade nacional para os indígenas, apresentada no verso seguinte: “Me perguntam como cheguei aqui

⁴⁶ Composição: Kaê Guajajara (2019).

⁴⁷ Grifos nossos.

⁴⁸ e tantos outros questionamentos e preconceitos em decorrência da falta efetiva e afetiva do Ensino de História e Cultura Indígena e História do Brasil. A resposta a esse questionamento vem com um verso simples e assertivo: “A verdade que sempre estive”, a necessidade e a importância da marcação do tempo se fazem sentida pela duplicação do verso na composição. Quando Kaê canta esse verso está sobreposta ao fundo os seguintes versos: “nos reduzem a ‘índios’, mitos e fantasias /e depois nos dizem que somos todos iguais.”⁴⁹ São reflexões e posicionamentos que necessitamos conhecer para poder dialogar, construir uma educação intercultural crítica e compreender os efeitos e as esferas que causam e causaram a negligência e o apagamento histórico dos Povos Indígenas no decorrer do tempo.

O tempo para os Povos Indígenas é experienciado de diferentes formas conforme a sua cultura tradicional e, geralmente, são distintas do tempo linear do ocidente. No verso: “Alô mãe, canta que o corpo transpassa o tempo,” apresentam várias informações, a primeira da indígena falando pelo telefone com sua mãe, portanto estão distantes e o uso da tecnologia não transformou ambas em não indígenas ou menos indígenas. O tocante está a presença da tradição Guajajara,⁵⁰ através da ligação com o canto e o tempo: “canta que o corpo transpassa o tempo”. Por meio do canto se conectam com a ancestralidade, o corpo deixa de ser físico e atravessa o tempo se conectando com os antepassados que é o elemento essencial: “E nos faz resistir,”⁵¹ para elas [povos indígenas] resistirem no campo político. A conectividade com o tempo dos Povos Indígenas é distinta e ainda mais se comparada com os não

⁴⁸ *op. cit.*

⁴⁹ *op. cit.*

⁵⁰ Kaê Guajajara como está no seu nome é pertencente ao Povo Guajajara. Kaê é indígena que vive em contexto de cidade, seu nome de registro é Aline. Nesta música que está sendo comentada apresenta o seguinte verso: “Kaê na mata, Aline na urbanização”.

⁵¹ *op. cit.*

indígenas ocidentais, por permanecer com a tradição ancestral. Ailton Krenak compara e nos apresenta a perspectiva do tempo para os Povos Indígenas:

Quando eu vejo as narrativas, mesmo as narrativas chamadas antigas, do Ocidente, as mais antigas, elas sempre são datadas. Nas narrativas tradicionais do nosso povo, das nossas tribos, não tem data, é quando foi criado o fogo, é quando foi criada a lua, quando nasceram as estrelas, quando nasceram as montanhas, quando nasceram os rios. Antes, antes, já existe uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, como aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver.

Esse jeito de viver que informa a nossa arquitetura, nossa medicina, a nossa arte, as nossas músicas, nossos cantos.⁵²

Colocar os Povos Indígenas no tempo histórico e primordialmente dialogar com as retrativas históricas que os fazem, por conseguinte, movimentará todas as narrativas educacionais, acadêmicas e sociais.

“Grosso modo é possível afirmar que as sociedades indígenas são sociedades do presente. Toda a compreensão do mundo desenvolvida por elas passa pela urgência, pelo aqui e pelo agora. Homens e mulheres indígenas são educados para viverem tão somente o momento atual, as crianças nunca são empurradas para “ser alguém quando crescerem”, porque sabem que o futuro é um tempo que não existe. Vivem, assim, cada fase de suas vidas motivadas pela urgência do cotidiano, não aprendendo a poupar ou acumular para o dia seguinte. Seu sistema educativo é todo fundamentado na necessidade de viver o hoje, e

⁵² (KRENAK, 1992, p.s/n).

a cada nova fase da vida (infância, adolescência, maturidade e velhice) revivem fortes momentos rituais que lhes lembram seu grau de pertencimento àquele povo.”⁵³

A questão indígena impõe aos educadores e pesquisadores um mergulho em conceitos que não fazem mais parte do modelo e prática ocidental, como, por exemplo, a tradição ancestral que são praticadas pelos Povos Indígenas que lhes dão uma relação com o tempo distintas da duração linear.

Considerações Finais

Para crescer como sociedade, como educadores e acadêmicos é preciso aprender a ouvir e compreender os Povos Indígenas e suas ontologias. É no exercício, do fazer-se sociedade e educadores, que precisamos realizar a escuta e a prática da convivência e experiência em diálogo com os Povos Indígenas.

As reflexões e considerações sobre os caminhos para as retratações aos equívocos historicamente e politicamente constituídos em torno dos Povos Indígenas. Estes equívocos que permeiam o Ensino de História, a Educação e a sociedade brasileira precisam ser desenraizados e no lugar precisam ser plantadas novas sementes. Os Povos Indígenas são sementes que fecundam a resiliência, a resistência, a esperança e nos educam. Neste sentido, colocando em diálogo os equívocos junto das indicações presentes nas Diretrizes Operacionais, construímos reflexões que podem permitir à Educação formal e ao Ensino de História, em especial, atuar junto à lei 11645/2008 a partir dos protagonismos culturais e acadêmicos dos diversos Povos Indígenas presentes no território nacional. Portanto, a dimensão propositiva se caracteriza por meio dessas reflexões e problematizações no discorrer do estudo da relação entre o

⁵³ (MUNDURUKU, 2013, p. 67).

Ensino de História e o Ensino de Histórias e Culturas Indígenas, reforçando as potencialidades a partir dos protagonismos indígenas na destituição dos equívocos, em diálogo com as Diretrizes Operacionais da lei n. 11.645/2008.

As Retratações, Resignificações e Protagonismos Históricos só serão possíveis quando começarmos a conhecer e reconhecer os Povos Indígenas e nos conectarmos com as nossas Memórias e Histórias. Além das devolutivas das Terras Indígenas esbulhadas ao longo das nossas Histórias, nos conectarmos e aprendermos com os Povos Indígenas faz parte das reconciliações históricas para com eles. Precisamos compreender que ensinar sobre Histórias e Culturas Indígenas deve estar atrelado no direito dos Povos Indígenas aos seus territórios, não mencionar e não incluir o direito às demarcações de terras no ensino e na historiografia, é continuar com todos os equívocos. Além disso, não estamos seguindo marcos legais como a Constituição Cidadã (1988) e a lei n. 11.645/2008 e suas Diretrizes Operacionais.

Aos educadores e cidadãos que não compactuam com a espoliação, desapropriação, esbulho das Terras Indígenas, nos eduquemos por meio da Educação dos Povos Indígenas, e lutemos juntos pelas Demarcações das Terras Indígenas e pelas suas Autonomias e Alteridades. Aweté Katu!

AWÊRÊ AIÊNTÊN !!!

DEMARCAÇÃO E ALTERIDADE AOS POVOS INDÍGENAS!

PROTEÇÃO ÀS TERRAS DEMARCADAS E SEUS POVOS!

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (doutorado), Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Abordagens Históricas Sobre a História Escolar**. In: Educação & Realidade, 36(1), 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15136>> Acesso em: 10 jan. 2022.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Apresentação: Dossiê Ensino de História Indígena**. 2012. Disponível em: <<file:///home/ditec/Downloads/38-70-1-SM.pdf>> Acesso em: 21 jan. 2021.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...** : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 02 fev. 2021.

_____. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008**. Parecer CNE/CEB nº 14/2015. Brasília/DF, D.O.U. de 18/4/2016.

CACHOEIRA, Luiz Antônio Lima; BONIN, Iara Tatiana. **Pedagogias culturais em realizações de cineastas Mbyá-Guarani**, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/243596>> Acesso em: 25 mai. 2022.

DJIK, Teun A. van (org.). **Racismo e discurso na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

DOS SANTOS SCHMIDT, Maria A. M. **História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização**. *Revista História da Educação*. Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

ECO, Umberto. **Obra Aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GUAJAJARA, Sônia. **Educação indígena: esperança de cura para tempos de enfermidade**. In: CÁSSIO, Fernando (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. Prólogo: Fernando Haddad. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **Att Kakyrítama: eu moro na cidade**. 2ª ed. São Paulo: Pólen, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak**. In: TASSARA, Eda (org.). **O índio: ontem, hoje e amanhã**. Dossiê do I Ciclo. Coordenação: Maureen Bisilliat; Texto: Eda Tassara /et al/; fotografia: Claudia Andujar, Vicent Carelli. São Paulo: Memorial da América Latina: EDUSP, 1991.

_____. **Antes, o mundo não existia**. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes, volume 1. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio: LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 85-98171-57-3. Disponível em: <<http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/index.htm>> Acesso em: 02 jan. 2021.

_____. **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e as escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O desafio da história indígena no Brasil**. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Brasília: MEC: Mari: Unesco, 1995.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **O caráter educativo do movimento Indígena brasileiro (1970 - 1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. **O ato indígena de educar(se): Uma conversa com Daniel Munduruku**. Transcrição de encontro realizado em 5 de julho de 2016, como parte da ação de difusão da cl: Programa de Encontros no Masp.

_____. **Histórias de índio**. Ilustrações: Laurabeatriz. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. **M'baima miliguapy: mulheres indígenas na cidade**. Mulheres indígenas na aldeia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pachamama, 2020a.

_____. **Mbaima Metlon: Narrativas de mulheres indígenas em situação urbana**. In: Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 134-150, maio 2020b. ISSN 2316-4786. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/Ekstasis/article/view/48528>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

WITTMANN, Luisa Tombini (org.) **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SITES VISITADOS:

Articulações dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <<https://apiboficial.org/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

Biblioteca, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>> Acesso em: 10

ago. 2020.

Censo Agro. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/>> Acesso em: 23 set. 2020.

Conheça cineastas indígenas que passaram pelo Itaú Cultural. 2017. Disponível em: <<https://www.itaucultural.org.br/conheca-cineastas-indigenas>> Acesso em: 07 mar. 2021.

CULT: Plataforma online Vídeo nas Aldeias disponibiliza documentários de cineastas indígenas, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/plataforma-online-disponibiliza-documentarios-de-cineastas-indigenas/>> Acesso em: 10 mar. 2021.

Livraria Maracá. Disponível em: <<https://www.livrariamaraca.com.br/>> Acesso em: 25 ago. 2020.

Vídeo na Aldeias. Disponível em: <<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>> Acesso em: 15 mar. 2021.